



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJO GRANDE
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PÚBLICAS

MATRIZ DE RISCO

SERVIÇOS PARA CONSTRUÇÃO DE UNIDADES
HABITACIONAIS - TERMO DE COMPROMISSO Nº
974321/2024/MCIDADES/CAIXA – 25 UNIDADES
HABITACIONAIS, BREJO GRANDE/SE.

MUNICÍPIO DE BREJO GRANDE/SE.

MÊS DE FEVEREIRO DE 2026.

MATRIZ DE RISCOS - Obra: Construção de 25 Unidades Habitacionais – Brejo Grande/SE

1. OBJETIVO

A presente Matriz de Riscos tem por finalidade identificar, alocar e disciplinar a responsabilidade pelos principais riscos associados à execução do contrato de obra, promovendo o equilíbrio econômico-financeiro, a adequada gestão contratual e a mitigação de eventos que possam impactar prazos, custos e qualidade, nos termos do art. 22 e art. 103 da **Lei nº 14.133/2021** e conforme orientações da **CAIXA**.

2. PRINCÍPIOS ADOTADOS

A alocação dos riscos observa os seguintes princípios:

- atribuição do risco à parte que possui **melhor capacidade de gerenciá-lo**;
- previsibilidade e objetividade;
- preservação do equilíbrio econômico-financeiro;
- aderência aos procedimentos técnicos da **CAIXA / MCID**.

3. MATRIZ DE RISCOS

Nº	RISCO IDENTIFICADO	RESPONSÁVEL	MEDIDAS DE MITIGAÇÃO	EFEITOS CONTRATUAIS
1	Erros ou omissões no Projeto Básico	CONTRATANTE	Revisão técnica prévia; compatibilização de projetos	Possível reequilíbrio ou alteração contratual
2	Incompatibilidade entre projetos	CONTRATANTE	Análise integrada antes do início da obra	Ajuste de prazo/custo, se comprovado
3	Condições geotécnicas imprevistas	CONTRATANTE	Sondagens existentes; vistoria técnica	Reequilíbrio mediante comprovação

ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJO GRANDE
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PÚBLICAS

Nº	RISCO IDENTIFICADO	RESPONSÁVEL	MEDIDAS DE MITIGAÇÃO	EFEITOS CONTRATUAIS
4	Atraso na liberação da ordem de serviço	CONTRATANTE	Planejamento administrativo	Prorrogação de prazo
5	Atraso na execução da obra	CONTRATADA	Planejamento físico-financeiro	Aplicação de penalidades
6	Falhas construtivas / baixa qualidade	CONTRATADA	Controle tecnológico; fiscalização	Refazimento sem ônus
7	Uso de materiais fora do PSQ / PBQP-H	CONTRATADA	Aquisição de fornecedores regulares	Substituição + glosa
8	Aumento previsível de insumos	CONTRATADA	Gestão de compras	Sem reequilíbrio
9	Alterações solicitadas pelo Contratante	CONTRATANTE	Formalização via aditivo	Ajuste contratual
10	Chuvas intensas dentro da normalidade	CONTRATADA	Planejamento do cronograma	Sem prorrogação
11	Chuvas extraordinárias / força maior	COMPARTILHADO	Registro meteorológico	Prorrogação de prazo
12	Interrupção por órgãos fiscalizadores	COMPARTILHADO	Atendimento às normas	Suspensão contratual
13	Falta de mão de obra	CONTRATADA	Planejamento de RH	Sem reequilíbrio

ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJO GRANDE
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PÚBLICAS

Nº	RISCO IDENTIFICADO	RESPONSÁVEL	MEDIDAS DE MITIGAÇÃO	EFEITOS CONTRATUAIS
14	Acidentes de trabalho	CONTRATADA	PCMAT / PGR / EPI	Responsabilidade integral
15	Descumprimento ambiental	CONTRATADA	Licenças e controle	Multas e penalidades
16	Atraso nos repasses da CAIXA	CONTRATANTE	Gestão financeira	Prorrogação sem penalidade
17	Vandalismo / furto no canteiro	CONTRATADA	Segurança do canteiro	Sem reequilíbrio
18	Greves gerais ou fatos imprevisíveis	COMPARTILHADO	Registro formal	Reequilíbrio, se cabível

4. CLASSIFICAÇÃO DOS RISCOS

4.1 Riscos do Contratante

São considerados riscos do Contratante aqueles relacionados a:

- falhas de projeto;
- atrasos administrativos;
- alterações de escopo;
- atrasos de repasse financeiro.

4.2 Riscos da Contratada

São considerados riscos da Contratada aqueles relacionados a:

- execução da obra;
- qualidade dos serviços;
- fornecimento de materiais;
- atendimento ao PBQP-H / PSQ;

- segurança do trabalho e meio ambiente.

4.3 Riscos Compartilhados

São riscos compartilhados aqueles decorrentes de:

- força maior;
- caso fortuito;
- eventos imprevisíveis ou de consequências incalculáveis.

5. REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

O reequilíbrio econômico-financeiro somente será admitido quando:

- o risco estiver alocado ao Contratante ou classificado como compartilhado;
- houver comprovação técnica e documental;
- forem observados os limites e procedimentos da **Lei nº 14.133/2021**;
- houver anuência da **CAIXA**, quando aplicável.

6. DISPOSIÇÕES FINAIS

A presente Matriz de Riscos integra o Projeto Básico e o Contrato, servindo como instrumento orientador da fiscalização, da gestão contratual e da análise de pleitos da Contratada, prevalecendo sobre interpretações subjetivas quanto à alocação de responsabilidades.

Brejo Grande/SE, em 20 de fevereiro de 2026

Fabiana Santos Bruno de Barros
Arquiteta e Urbanista CAU A35203/9

Orlaney Ferreira Barbosa
Secretário Municipal de Obras Públicas